

CAROLINA DOS ANJOS NUNES OLIVEIRA*

**VIDAS MAL-DITAS: PRÁTICAS E TRÂNSITOS DAS TRABALHADORAS
DO SEXO NA CIDADE DE ITABUNA (BA) – 1930-1950**

Resumo: Este artigo estuda os conflitos sociais provocados pela presença e as sexualidades das trabalhadoras do sexo no centro da cidade de Itabuna, no sul da Bahia, fazendo uma análise dos discursos que apontaram a visibilidade dessas mulheres e confluíram para a negatização de suas práticas. Os discursos foram encontrados nos jornais do período enfocado (1930-1950), tais como: *A Época*, *Diário de Itabuna*, *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, *O Intransigente*, *O Fanal* e *Voz de Itabuna*. Entre os anos de 1930 e 1950, a imprensa local mostrou-se preocupada com a sexualidade dessas mulheres. Esquadrinhou o território urbano, incumbindo-se de denunciar em suas páginas os comportamentos que, na visão que representavam, desviaram do padrão hegemônico pretendido para as mulheres dessa sociedade. O recorte temporal deste artigo justifica seu início na intensificação de uma tentativa de controle das trabalhadoras do sexo nos anos de 1930. Esse fato contribuiu para a efervescência de discursos sobre o comércio sexual no centro de Itabuna. As aparições das trabalhadoras do sexo nos periódicos locais e documentos começam a rarear na década de 1950, quando outras áreas da cidade passaram a ser ocupadas por elas.

Palavras-chave: Conflitos. Jornais. Trabalhadoras do sexo.

Abstract: This article explores the social conflicts caused by the presence and sexuality of sex workers in the center of Itabuna, southern Bahia, making an analysis of the speeches showed that the visibility of these women and converged to become negative in their practices. The speeches were found in the papers focused on the period (1930-1950) such as: *A Época*, *Diário de Itabuna*, *Jornal Oficial do Município de Itabuna*, *O Intransigente*, *O Fanal* e *Voz de Itabuna*. Between the years 1930 to 1950, local media expressed concern with the sexuality of these women. He scanned the urban territory, leaving it up to denounce the conduct in its pages that the view they represented, deviated from the hegemonic standard intended for women in that society. The time frame of this article justifies its beginning in an attempt to intensify control of sex workers in the 1930s. This fact contributed to the ferment of discourses on the sex trade in the center of Itabuna. The appearances of the sex workers in local newspapers and documents begin to be scarce in the 1950s when other areas of the city came to be occupied by them.

Keywords: Conflicts. Newspapers. Sex workers.

Autora convidada, artigo recebido em 14 de abril de 2011.

* Mestranda em Cultura e Memória pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/UFPE) e-mail: carol_anjinha84@yahoo.com.br

Este artigo tem como cenário a cidade de Itabuna, no sul da Bahia, onde as trabalhadoras do sexo habitavam e transitavam na área central, e aí também estiveram no exercício de seus misteres. E por que falar de “trabalhadoras do sexo”¹ e não de “prostitutas” ou “profissionais do sexo”? Como diria Shakespeare, através da personagem Julieta, no célebre diálogo do balcão: “Nome, o que é um nome?”². Para mim, o ato de “nomear” é imbuído de valores, assim pode ser o pontapé inicial para a (re)afirmação de “identidades” monolíticas. Segundo a cientista social Simona Cerutti (1998: 233-242), “a taxonomia não é um instrumento neutro, que visaria unicamente refletir as realidades”, mas um mecanismo que encontra validação “numa ideia da verdade e do saber: um modelo aristotélico segundo o qual conhecer é sinônimo de ‘fazer aparecer’”. Pensando por esse viés, as duas últimas categorias (prostitutas e profissionais do sexo) foram excluídas do presente artigo. O leitor poderá reclamar sua ausência, entretanto entendo que os termos “prostituta” e “prostituição” vêm sendo construídos e reelaborados, ao longo dos anos e contextos históricos diversos, imbuídos de negatividade, intencional ou não³.

Por sua vez, falar de “profissionais do sexo” me parece por demais anacrônico. Explico-me. Somente no ano de 2003 o governo federal definiu essa nomenclatura oficialmente na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), para mulheres, homens, travestis, transex e transgêneros que participavam do comércio sexual. Evidenciando as práticas desses trabalhadores como especializadas e constituindo assim uma categoria profissional reconhecida. A mudança de tratamento e terminologias contribuiu para a mobilização desses trabalhadores nas lutas por seus direitos. Porém, as mudanças são recentes e não generalizadas. Optei, então, por uma nomenclatura que possibilitasse a percepção do leitor desta narrativa de que essas mulheres – em determinados momentos de sua vida, por questões que não são o foco principal deste artigo – trabalharam com sexo. De acordo com as fontes coletadas, grosso modo, as trabalhadoras do sexo alugavam seu corpo a clientes por quantias

¹ Refiro-me a trabalhadoras e não a trabalhadores, porque este discurso enfoca apenas MULHERES que trabalharam com sexo. Os homens irão aparecer na narrativa em suas diversas relações com essas mulheres.

² “*Não será mão, nem pé, nem braço ou rosto, nem parte alguma que pertença ao corpo. Sê outro nome. [...] Assim Romeu, se não tivesse o nome de Romeu, conservara a tão preciosa perfeição que dele é sem esse título. Romeu, risca teu nome, e, em troca dele, que não é parte alguma de ti mesmo, fica comigo inteira [...]*” (SHAKESPEARE, William. Ato II, cena II de **Romeu e Julieta**: <http://www.jahr.org> em 13/05/2010). Ver também Luigi Pirandello em **Um, nenhum e cem mil**, onde faz interessantes discussões sobre os nomes e o nome próprio. É dele a frase “Um nome não é mais do que isso: um epitáfio” (2001: 217).

³ Agradeço ao Prof. PhD. Antonio Torres Montenegro pelas colocações pertinentes acerca desta discussão, que me fizeram pensar uma outra denominação para essas mulheres.

preestabelecidas, porém negociáveis, principalmente em jornadas noturnas⁴. Suas atividades são aqui compreendidas como uma modalidade de trabalho informal, tática de manutenção econômica.

À presença dessas mulheres no centro da cidade de Itabuna foram atribuídos diversos males, os quais seriam supostamente sanados mediante seu afastamento dessa territorialidade. As notícias que denunciavam pejorativamente o comércio sexual e suas trabalhadoras em Itabuna podem ser encontradas a partir de 1928. Em uma matéria do jornal *A Época*, encontrei referências a uma possível alteração na população de Itabuna. Segundo o *A Época*, Itabuna era até pouco antes de 1928 uma cidade relativamente pacata, e foi com pesar que os redatores observaram que essa urbs “vem sendo invadida por uma chusma de jogadores, vagabundos, meretrizes, indesejáveis de toda espécie”. Não se tratava apenas da instalação das trabalhadoras do sexo na cidade, mas de outros elementos que “põem em cheque nossos foros de cidade civilizada e fazem-nos perguntar se temos ou não temos polícia de costumes” (*A Época*, Itabuna, ano XI, n. 433, 29 set. 1928, p. 1).

Dito isto, espera-se que esta narrativa, uma versão inacabada das tramas onde estiveram envolvidas direta e indiretamente as trabalhadoras do sexo de Itabuna, impulse a história a serviço da vida. Desejo que o leitor, ao adentrá-la, possa sentir-se como um dos “homens históricos” de Friedrich Wilhelm Nietzsche (2003, p. 14-15), pois “olhar para o passado os impele para o futuro, acende a sua coragem para manter-se por mais tempo em vida, inflama a esperança de que a justiça ainda está por vir, de que a felicidade está sentada por detrás da montanha para a qual estão se dirigindo”.

1 – Sobre o amor venal e seus espaços privilegiados

Aos poucos a imprensa local passou a retratar as trabalhadoras do sexo em seus discursos como mais um grupo de “indesejáveis” que transitavam pelas ruas do centro de Itabuna. Segundo o *A Época*, a presença dessas mulheres em território privilegiado e de destaque na cidade fazia duvidar de que Itabuna podia civilizar-se. Vejamos qual foi o tratamento indicado pelo jornal para camuflar as mulheres que faziam parte dessa “chusma”:

⁴ Para o sociólogo Renan Springer de Freitas (1985), em estudo empírico sobre a prostituição em bordéis realizado em Belo Horizonte entre os anos de 1980 e 1982, a negociação do “programa” entre prostituta e cliente requer três acordos prévios sobre: as atividades que serão prestadas, o custo do serviço e o tempo disponível. As fontes selecionadas para este artigo, infelizmente, abordam muito pouco as minudências da negociação do “programa”.

Quanto ao meretrício a polícia deve esforçar-se por restringi-lo o mais possível e regulamentá-lo a fim de se evitarem as cenas imorais que frequentemente se verificam, não somente nos bares e café, onde as decaídas sentam-se pelas mesas juntamente com seus fregueses, mas ainda nas ruas por elas habitadas, causando vexames não pequenos às famílias que têm tão incômodas vizinhas. Nas ruas Ruy Barbosa e Coronel Domingos Lopes são quase diários espetáculos degradantes [...] (*A Época*, Itabuna, ano XI, n. 433, 29 set. 1928: 1).

Segundo aconselhou o redator do periódico, a polícia devia “esforçar-se” para diminuir em número as trabalhadoras do sexo e regulamentá-las. O discurso do jornal apontou duas possíveis causas da “invasão” de Itabuna por “prostitutas”. Uma primeira possibilidade relacionou o aumento da repressão policial na vizinha cidade de Ilhéus à tentativa de refúgio das trabalhadoras do sexo em Itabuna. A segunda possibilidade indicou a vultosa circulação de dinheiro na região, o que para o jornal poderia atrair mulheres do Sertão e do Recôncavo da Bahia (*A Época*, Itabuna, ano XI, n. 433, 29 set. 1928: 1). Na análise do historiador Philippe Murillo Carvalho (2009: 108), esse discurso correspondia a uma tentativa da imprensa itabunense de atribuir aos forasteiros a responsabilidade pelo meretrício.

É plausível imaginar que o redator da matéria citada conhecesse as medidas regulamentaristas tomadas por alguns países em relação às trabalhadoras do sexo. Conforme a historiadora Uelba Alexandre do Nascimento (2008: 31), que estudou o cotidiano da prostituição em Campina Grande (PB) de 1930 a 1950, as ações regulamentaristas foram adotadas pela França já no século XVIII numa tentativa de conter o crescimento do número de prostitutas e bordéis em atividade. As teorias e legislações regulamentaristas naquele país europeu, segundo a historiadora, tiveram o apoio de médicos, magistrados e outras autoridades. Provavelmente, o redator do discurso que ora se leu sugeriu a mesma tomada de decisão para o controle do comércio sexual itabunense. A opinião do redator da matéria é interessante, pois seu discurso denotou ser mais exequível regulamentar as atividades no comércio sexual em Itabuna do que procurar extingui-lo.

No discurso dessa extensa matéria de destaque do jornal *A Época*, outros signos podem ser elencados. O articulista responsável por ela não deixou de defender, relativamente, as trabalhadoras do prazer ao pedir que a polícia não utilizasse de meios violentos para com aquelas mulheres. Nesse trecho da reportagem, o escritor afirmou que “as deusas do prazer” deviam ser tratadas dignamente, pois poderiam um dia arrepender-se, como a famosa Madalena cristã. Mesmo que a vida delas fosse de “tortuosa perdição”, era necessário “respeitar a desgraça”. A imagem que foi construída nesse discurso, primeiro, expôs as

trabalhadoras do sexo como “deusas do prazer”, para logo em seguida atribuir-lhes as marcas que se pretendia associar às mulheres que vendiam o corpo (*A Época*, Itabuna, ano XI, n. 433, 29 set. 1928: 1).

Elas tiveram seus caminhos “determinados” por aquilo que para o jornalista não podia ser uma escolha, mas um destino que as arrastava. Algo que ele não deixou claro em seu discurso as impeliu para “essa” vida, da qual podiam ser resgatadas como a mulher adúltera foi perdoada por Cristo. O escritor seguiu indicando que instituições de caridade, notadamente católicas, acolhiam as “mulheres de vida airada” e responsabilizavam-se por elas “ensinando-lhes ofícios que lhes garantam a vitória na luta pela vida” (*A Época*, Itabuna, ano XI, n. 433, 29 set. 1928: 1). Pode-se compreender que no discurso do *A Época*, trabalhar com o corpo, na venda do sexo, não constituía um trabalho válido, honesto. Essa é uma negatificação que se tenta colar às trabalhadoras do sexo, de que eram propensas à vadiagem, pois seguiam o caminho “fácil” do comércio sexual. Segundo Roberto Machado (1978: 335), ao tratar da visão médica em relação aos bordéis no Brasil, esses discursos autorizados propalavam que tais estabelecimentos, casas de mulheres⁵, além de desestimularem o trabalho digno, estimulavam o vício.

Para Magali Engel (2004: 94), historiadora que analisou os discursos médicos sobre a prostituição no Rio de Janeiro imperial, o trabalho com sexo era em geral incluído na lógica da não produção:

Assim, considerada uma atividade remunerada ilegítima, é inserida na categoria de desordem social que, compreendendo desde a noção de delito até a noção de crime, classifica a prostituta entre os tipos considerados socialmente doentes, tais como o mendigo, o vagabundo, o vadio, o capoeiro, o jogador, o bêbado, o ratoneiro, o estelionatário, o ladrão, o malfeitor e o criminoso.

Segundo a autora, a prostituição, na visão médica, era uma doença moral com consequências físicas. Essas consequências, quais sejam as doenças venéreas, podiam afetar não apenas o corpo degenerado da prostituta como comprometer a descendência da família higiênica.

⁵ Os estabelecimentos em que trabalharam essas mulheres, nomeados pela imprensa da cidade de Itabuna geralmente como bordéis e pensões de má reputação, serão nomeados por mim como “casas de mulheres”. Nesse sentido, compartilho da discussão estabelecida pela historiadora Temis Gomes Parente em artigo sobre a história de vida de uma trabalhadora do sexo. Nesse artigo, a autora demonstra quanto conceitos preestabelecidos como “bordéis”, por exemplo, podem produzir um impasse entre o historiador e as vivências que pretende historicizar. (2006: 296)

J. P. Barruel de Lagenest, que na década de 1970 foi presidente da Associação Paulista de Amparo à Mulher, expressou em sua obra *Mulheres em leilão*, publicada em 1973, um pensamento hegemônico em relação às trabalhadoras do sexo, colocando-as na perspectiva de vítimas, reféns de um sistema que as arrasta para um submundo. Para o autor, essas mulheres, em posição de marginalidade em relação ao resto da sociedade, desenvolvem nefastas características: “É bem a preguiça o vício por excelência da prostituta: uma preguiça ligada a uma carência quase completa da vontade” (LAGENEST, 1973: 39). Conforme sua opinião, as trabalhadoras do sexo desaprendiam a dignidade humana, nelas não se reconheciam mulheres, pois mudavam gestos, hábitos e passavam a viver em um planeta que só funcionava à noite (LAGENEST, 1960).

Retornando à matéria do *A Época*, seu autor tornou explícito que fez algumas leituras ao respeito do assunto sobre o qual discorria. Para embasar seus argumentos regulamentaristas que visavam, de acordo com ele, o “saneamento moral” de Itabuna, citou as seguintes obras: *A prostituição, seus males e seus remédios*, de Paulo Mantegazza, e *Delitos contra a honra da mulher*, do jurista Viveiros de Castro. É possível que o redator da matéria soubesse que o problema que apontava na cidade de Itabuna era comum, e que em outros espaços e tempos, sociedades diversas experimentaram a existência das trabalhadoras do sexo. Em suas próprias palavras, o comércio do sexo seria um “cancro social, cujas consequências fatais a humanidade tem sentido desde os tempos antigos. Atesta-o a História. Mas a História registra, igualmente, as providências que os governos vêm tomando [...] para curar essa chaga” (*A Época*, Itabuna, ano XI, n. 433, 29 set. 1928: 1).

Detendo-nos no ano de 1928, quando as matérias, queixas de leitores e notas policiais sobre o comércio do prazer no centro ainda não eram uma constante nos periódicos itabunenses, encontramos um poema peculiar: “Dançarina do cabaré”. O autor do poema, o poeta José Bastos, teve seu livro de poemas *Horas líricas* editado anos mais tarde, no cinquentenário de Itabuna, em 1960. Seguem seus versos:

[...]
Sedutora, sensual, nevrótica, insolente,
Em desvairados torcicolos de serpente,
A um tempo, és ao meu ver satânica e divina.

Pois o teu lábio em flor, aberto num sorriso,
Tua carne a esplender como um mármore eterno,
É uma escada que toca em cima o paraíso,
E que está com a base apoiada no inferno.

Ai d'aquela que um dia, ardendo de desejo,
Entre fumaças de ópio e taças de champanhe,
Vencido desse olhar, escravo desse beijo,
Na onda do teu amor, teus passos acompanhe!

(*A Época*, Itabuna, ano XI, n. 427, 18 ago. 1928: 1).

Os versos do poeta coadunavam com os signos emitidos no discurso da reportagem do redator do *A Época*, para quem as trabalhadoras do sexo podiam ser “deusas do prazer” e, ao mesmo tempo, também carregavam o estigma da imoralidade. José Bastos delineou uma mulher irresistível em seus primeiros versos. Mas construiu toda a sua lírica numa dicotomia entre o baixo e o alto, o céu e o inferno. Em suas imagens, as trabalhadoras do sexo, representadas por uma dançarina de cabaré, eram capazes de abrigar a onipotência de um ídolo e o desprezo (prudente) que se devia nutrir pelo diabo. Temia pelos que se envolviam com elas, pelos que se deixavam levar pelo desejo e a embriaguez. Pois, talvez inebriados, não se apercebessem da outra face de suas divas.

Concordando com Jorge Luis Borges (2009: 14), o poema ganha ao imaginarmos que é ele a “manifestação de um anseio, não a história de um fato”. No poema de José Bastos a “dançarina do cabaré” possuía trejeitos de serpente, símbolo cristão do “pecado original”. Esses modos descritos pelo poeta emitiam signos de animalidade. Os versos de Bastos manifestaram, certamente, não apenas os anseios próprios do autor ao vivenciar o crescimento do comércio sexual em sua cidade e as consequências que ele imprimia a essa situação. Talvez seus olhos mediram e desnudaram o corpo de uma trabalhadora do sexo e, nesse ato de violência, o olhar espectador foi perturbado. O ato de execrar, constranger, é também o ato de enunciar, tornar público, dar importância. Nesse sentido, o poema também pode ser indicativo da ambivalência⁶ que o corpo das trabalhadoras do sexo carregava: construído discursivamente como objeto de prazer e abjeto. Corpo passível de reversibilidade, que trafega no limite do erotismo em alguns momentos e da abjeção em outros. O poeta não perdeu de vista que o mesmo corpo que elevava ao prazer podia arrastar para a perdição.

Procurou-se conciliar a “necessidade” da existência do comércio sexual com o desejo de civilização e modernização pensado pelos segmentos hegemônicos para a sociedade itabunense. O discurso da “necessidade” das atividades das trabalhadoras do sexo, raciocínio naturalizante, supõe que os homens possuíam um “instinto sexual animalesco” (*O Fanal*,

⁶ Utilizo a noção de ambivalência proposta por Homi K. Bhabha, teórico indo-britânico da cultura e da literatura. Ao discutir o discurso colonial, Bhabha (1998) entende que o “outro”, o “colonizado”, é produzido e assimilado como objeto de desejo e repulsa. Nesse sentido, repelir e negar o “outro” são elementos intrínsecos da ambivalência.

Itabuna, ano VI, n. 5, 1º set. 1938: 1), que carecia ser neutralizado sem o prejuízo da pudicícia das famílias burguesas. Com esse discurso, em outros lugares, coadunaram juristas como Viveiros de Castro e médicos como Herculano Augusto Cunha ao afirmar: “[...] convencidos, pela história e pelo estudo do homem, da inutilidade e do perigo de qualquer lei proibitória da prostituição, cremos que esta víbora deve ser tolerada, vigiada e regulada em seus movimentos até certo ponto” (apud MACHADO, 1978: 340). Segundo a interpretação de Roberto Machado, o pensamento médico que advogava o regulamentarismo da prostituição pregava que:

A relação sexual permitida pela existência da prostituição impede a desmoralização da sociedade, assegura a tranquilidade, honra e sossego das famílias; garante a satisfação de um instinto e, através desta satisfação, contribui para a diminuição de crimes [...] (MACHADO, 1978: 340).

As teses médicas analisadas por Machado defenderam e argumentaram a favor da regulamentação do comércio sexual no Brasil, ao contrário da legislação que se convencionou chamar “abolicionista”, que não se posicionava em termos legais claros quanto às trabalhadoras do sexo. Para uma parcela dos médicos cariocas, o caminho para amainar os problemas provocados pela prostituição passava longe de proibir sua existência, que desse modo devia ser “vigiada” e “regulada”. Segundo a análise desses discursos efetuada por Machado, o papel desempenhado pelas mulheres que vendiam prazer não podia ser menosprezado, afinal, graças a elas as famílias mantinham-se moralizadas e os crimes, em baixo número. O que fazer com a demanda por satisfação do instinto sexual masculino senão canalizá-la para onde, ou quem, fosse menos danosa?

As trabalhadoras do sexo eram peças-chave num discurso que sustentava sua funcionalidade enquanto mediadoras do pregado processo de vazão dos ímpetos sexuais masculinos. Contudo, esse discurso não era original. Muito antes de Itabuna, outras sociedades o criaram, proferiram e sustentaram. Para o historiador Peter Gay (2000: 307), que teve como escopo de análises a Inglaterra, os burgueses do século XIX em diante passaram a encarar a prostituição produtivamente como “um recurso para os pervertidos, conforto para os deslocados ou escola para os inexperientes”. Utilidade social defendida por uns e motivo de estremecimentos morais para outros. De acordo com Gay, o médico francês Alexandre

Parent-Duchâtelet⁷ sustentou o discurso da inevitabilidade da prostituição na França: “As prostitutas, escreveu, evitam que os homens lascivos ‘pervertam suas filhas e suas criadas’ e, desse modo, ‘contribuem para a manutenção da ordem e da tranquilidade da sociedade’”. Outros estudiosos como August Bebel, no fim do século XIX, também propalaram, com grande aceitação, a tese de que a prostituição era “uma instituição social necessária ao mundo capitalista” (apud GAY, 2000: 313).

Além de as mulheres em geral carregarem o dever de saciar os impulsos sexuais de seus maridos, eram confrontadas com o intertexto nem explícito nem velado de que não eram, nem deviam ser, suficientes para tal empreitada. Nas mulheres pertencentes aos segmentos mais abastados devia imperar o instinto materno, “equivalente feminino ao instinto sexual do homem” (MATOS, 2003: 117). Esse discurso médico, analisado por Maria Izilda Matos em um contexto específico, também circulou em outros centros. Nas primeiras décadas do século XX, a historiadora identificou outros dois discursos estereotipadores: de um lado, que a mulher era passiva sexualmente e, de outro, que a prostituta carregava no seu corpo o perigo.

No ano de 1937, o Serviço Especial do Círculo Brasileiro de Educação Sexual, programa do governo federal, divulgou as “considerações sobre o instinto sexual” do dr. José de Albuquerque. Com um discurso embasado na teologia católica, o médico alertou que muitos consideravam o “instinto” sexual desprezível caminho para o “vício”, a “degradação” e o “mal”. Porém, para Albuquerque, tudo dependia da maneira como a “criatura” humana conduzia esse “instinto”. Para ter sabedoria ao lidar com essa questão, a “criatura” deveria ser devidamente educada para que não se transformasse em um cavalo bravo “obediente aos caprichos de sua sexualidade, muita vez desorientada e perversa” (*A Época*, Itabuna, ano XV, n. 879, 20 jul. 1937: 3). Pertinente metáfora, já que para o médico eram os homens, e nesse caso apenas eles, comparados aos demais animais em termos sexuais: seguiam impulsos inconscientes e precisavam ser adestrados.

Albuquerque dedicou seu discurso à grande importância, na visão que representava, da adoção da educação sexual como uma medida eficaz no combate a desvios sexuais como a procura dos homens pela prostituição. Para Ottoni Silva, redator do mensário itabunense *O Fanal* em 1936, caberia à mãe chamar para si a responsabilidade de instruir sobre as “coisas do amor” e suas relações com a vida sexual. Segundo ele, as coisas da natureza não eram imorais, e para evitar tropeços era necessário o ensino da “verdade sexual”. Ottoni não explicitou o que seria essa verdade, mas afirmou que as mães que ilustravam seus rebentos

⁷ Autor da obra *La prostitution dans la ville de Paris*, grandioso estudo sobre a prostituição parisiense publicada em 1836. Foi um dos maiores expoentes do “regulamentarismo europeu”.

teriam o prazer de ver em breve uma sociedade “moralmente sã” e “fisicamente perfeita” (*O Fanal*, Itabuna, ano IV, n. 2, 1º jun. 1936: 1).

As mulheres que trabalhavam com sexo não apareciam nos periódicos como vivenciadoras de experiências peculiares, mas como mulheres que eram prostitutas. Como analisou Joan W. Scott (1998: 304), “não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência”. O discurso a respeito dessas mulheres se erigiu sobre suas experiências corporais. Suas práticas cumpriam nesse caso função unificadora, aproximando pessoas diversas em um todo totalizante. Esse aspecto excluía toda uma gama de outras atividades e papéis sociais performados por elas ao simplesmente não considerá-los. Afinal, elas tiveram outros papéis sociais – mãe, filhas, amásias, esposas etc. –, identificaram-se com outras categorias de trabalho: domésticas, costureiras, lavadeiras, entre outras.

As personagens principais deste artigo, as trabalhadoras do sexo, possuíam, entre tantas especificidades, o mister de usar o próprio corpo para o sustento e barganha. Para estudiosos como Jeffrey Weeks (1999: 38), não há como excluir essa dimensão subjetiva, pois “os corpos não têm sentido intrínseco, a sexualidade é um constructo histórico”. Segundo as teses do historiador Thomas Walter Laqueur (2001), as noções de corpo e sexo que hoje reconhecemos – o “modelo de dois sexos” biológicos, por exemplo – foram produzidas em fins do século XVIII. A partir de então, o organismo feminino, que era interpretado como um corpo masculino interiorizado e imperfeito, passa a figurar como seu oposto “incomensurável”. A criação do conhecimento de dois sexos distintos, para Laqueur, já continha uma reivindicação sobre o “gênero”. Para Joan Wallach Scott (1995: 86), o reconhecimento do gênero é “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Portanto, para Scott, os gêneros se constituem nas e pelas relações de poder.

No início da década de 1940, mais especificamente a partir de 1942, teve-se conhecimento das ações mais veementes da polícia em relação ao comércio sexual da cidade de Itabuna. A pesquisadora Sueann Caulfield defendeu em artigo sobre a prostituição no Rio de Janeiro que o caráter impreciso da legislação brasileira – não criminalização da prostituição – favorecia a entrega da vigilância do comércio sexual à guarda dos policiais. Além dessa especificidade, Caulfield (2000) observou que, na capital federal, entre 1850 e 1942 as campanhas moralizadoras promovidas pela polícia eram esporádicas e não intermitentes.

Um acontecimento em março de 1942 assinalou a tensão latente na relação policiais-trabalhadoras do sexo em Itabuna. Leopoldo Freire, fiscal de rendas do estado, publicou na imprensa uma nota de agradecimento aos serviços do subdelegado Edgar de Barros. Em nome dos “chefes de família” que, como ele, habitavam a rua Coronel Domingos Lopes (atual avenida Duque de Caxias), Freire aplaudiu as providências tomadas pelo subdelegado contra a “perturbação da ordem e do sossego público”. Referia-se na nota à ação de Edgar de Barros de prender 16 rapazes cujos nomes apenas foram ameaçados de ser publicados pelo jornal e à intimação de comparecimento à subdelegacia de seis “meretrizes beberronas”. Ao contrário dos nomes dos rapazes, os nomes das trabalhadoras do sexo foram divulgados: Izaurinha, Julieta conhecida como Jujú, Ernestina, Maria, Corina e Minda conhecida como Fala Fina (*A Época*, Itabuna, ano XXIV, n. 1.195, 21 mar. 1942: 4).

As mulheres foram acusadas por Leopoldo Freire, autor da denúncia ao subdelegado, de acordo com suas próprias observações propaladas na nota de agradecimento, de terem causado conflitos⁸ (não especificados) na madrugada do dia 18. Izaurinha, Jujú, Ernestina, Maria, Corina e Minda permaneceram no bar do Sr. Carneiro até as 4 horas daquele dia. Freire exigiu ações enérgicas do subdelegado Edgar de Barros, que por sua vez determinou a proibição do funcionamento de bares naquela rua após a meia-noite, como também a prisão irrestrita de qualquer anarquista ou meretriz “desordeira”. O policiamento do movimento noturno da rua Domingos Lopes ficou sob responsabilidade do sargento Brito M. D., comandante do destacamento do centro (*A Época*, Itabuna, ano XXIV, n. 1.195, 21 mar. 1942: 4).

Num dia de inverno do ano seguinte, 1943, os leitores do jornal *A Época* possivelmente depararam-se com a matéria de primeira página que trazia a seguinte manchete: “Medidas acertadas do Capitão Delegado de Polícia”. O periódico referia-se ao capitão Almerindo Vergne e louvava sua resolução de afastar o “meretrício” do centro urbano. Falando em nome da opinião pública, o redator da notícia não assinada afirmou que a medida do delegado havia despertado grande simpatia. Afinal, segundo a versão desse periódico, a ação policial consistiu na mudança do “mulherio” da avenida Duque de Caxias, descrita como “uma das mais belas e centrais artérias da cidade” (*A Época*, Itabuna, ano XXV, n. 1.266, 10 jul. 1943: 1).

⁸ Aqui utilizo o conceito de conflito como manifestação de interesses diferentes e/ou contrários, em que um dos lados procura superar a resistência do outro buscando a realização do seu interesse, quer por meio de cooptação e convencimento, quer pela anulação dos interesses do outro. Todo conflito implica, portanto, oposição e luta.

A avenida Duque de Caxias, antiga rua Coronel Domingos Lopes, era o local de residência de muitas famílias e localização de variadas casas de comércio. Rua estreita e acanhada e, como os jornais apontaram, mal iluminada até o início da década de 1950, quando foi alargada, teve o traçado retificado e foi completamente calçada de paralelepípedos. Foi um dos espaços privilegiados do amor venal: lá também estavam localizadas casas de mulheres, nomeadas como bordéis, cabarés ou pensões. Mediante as queixas dos vizinhos do comércio sexual, que provavelmente enfocavam a inconveniência do horário de funcionamento daqueles estabelecimentos e dos barulhos contumazes dali advindos, a polícia tomou providências. O jornal *A Época* apontou que a ação policial foi exitosa, pois dali se retiraram aquelas mulheres em direção a “pontos mais afastados da urbs” (*A Época*, Itabuna, ano XXV, n. 1.266, 10 jul. 1943: 1).

O periódico prosseguiu a matéria enfatizando que aquela atuação visou o restabelecimento da moralidade pública e citou uma rua contígua, a rua Ruy Barbosa, onde dizia que as mesmas providências se impunham – muito embora, conforme o mesmo periódico, “o sórdido cabaré que ali funcionava” já tinha sido fechado. Bem, se a casa de mulheres em atividade na rua Ruy Barbosa tivera suas portas cerradas, por que a insistência do jornal em afirmar que também aquela rua merecia ser de domínio exclusivamente familiar? É possível que essa rua, paralela à antiga Domingos Lopes, não abrigasse apenas *um* “sórdido cabaré”, mas outros, ou que, ainda, o fechamento da casa de mulheres dali tivesse sido um blefe de pouca duração.

Sorte temos e talvez não tenham tido os leitores do *A Época* de confrontar a versão produzida por esse periódico com outro discurso, o do jornal *O Intransigente*, datado do mesmo dia⁹. Também em matéria de primeira página, *O Intransigente* procurou caracterizar a repressão policial contra as trabalhadoras do sexo como uma autêntica “guerra relâmpago”. Segundo narrou o jornal, o comércio sexual estaria há mais de 30 anos na antiga rua do Lopes, como era popularmente conhecida (*O Intransigente*, Itabuna, ano XVI, n. 45, 10 jul. 1943: 1). Nessa matéria, tem-se uma pintura um tanto mais elaborada do desenrolar dos acontecimentos. Por que não dizer mais “realista”?

No quadro apresentado pelo jornal *O Intransigente*, o capitão delegado Almerindo Vergne havia intimado formalmente as proprietárias das casas de mulheres a se mudarem de lá para outro lugar em até 48 horas. Prevenido como devia ser, o delegado Vergne esclareceu

⁹ Os principais jornais de Itabuna, como o *A Época* e *O Intransigente*, eram tributários de determinados partidos e coligações políticas. Isso me fez pensar na possibilidade de que os leitores optassem pela compra do periódico que veiculasse as ideias políticas às quais eram filiados.

às donas dos estabelecimentos que o não cumprimento da ofensiva de guerra acarretaria “pena da lei, sem recursos e nem agravos”. Ante tal ameaça, o periódico constatou que a ordem estava sendo cumprida e “a revoada das andorinhas do amor não se fez tardar”. Talvez para demonstrar quão desprovidas eram aquelas trabalhadoras, o jornal relatou o movimento de carroças grandes e pequenas, incumbidas de levarem os pertences daquelas mulheres (*O Intransigente*, Itabuna, ano XVI, n. 45, 10 jul. 1943: 1).

Entretanto, *O Intransigente* expôs que apenas metade ou mais das casas de mulheres haviam sido evacuadas, sugerindo que nem todas as “andorinhas” levantaram voo. O que aconteceu às mulheres que permaneceram naquele território, em suas moradias e locais de trabalho, não se sabe. Sem embargo, o periódico informou que as passarinhas acuadas voaram e dirigiram-se a ruas afastadas do centro da cidade, tendo algumas ido localizar-se nos bairros periféricos do Pontalzinho, Conceição (Absínia), Jaqueira e Caixa D’Água. Por fim, o jornal completou a exposição incentivando os moradores daquela “saneada” rua familiar a investirem no embelezamento de suas construções, já que a polícia e a prefeitura haviam cumprido seus papéis (*O Intransigente*, Itabuna, ano XVI, n. 45, 10 jul. 1943: 1).

As ações discursivas dos periódicos de Itabuna prestavam serviço e eram tributárias de segmentos específicos dessa sociedade: dirigentes políticos, funcionários públicos, comerciantes, fazendeiros e profissionais liberais¹⁰. Os jornais eram veículos de propaganda dos ideais burgueses¹¹, um dos mecanismos de defesa da moral pública. Ao se prestarem, entre outras coisas, a essa maquinaria, tornavam-se peças importantes do aparelho repressivo policial-judiciário. De acordo com Beatriz Marocco (2004: 69), “os jornais se encarregavam de seguir, localizar e denunciar os indivíduos suspeitos, agindo como se fossem ‘auxiliares da polícia’”, mesmo que não convocados para isso.

As duas reportagens de jornais diferentes denotaram que o cerco estava se fechando, discursos diversos tratando do mesmo assunto: a tentativa policial de afastar as trabalhadoras do sexo do centro da urbs – aquilo que um periódico tratou como “medidas acertadas do Capitão Delegado de Polícia” e o outro como uma “guerra relâmpago”. Parece-me, como denotou o discurso de *O Intransigente*, que aquela “guerra” tinha apenas começado, que seu resultado era imprevisível e as “inimigas”, duras de ser vencidas. A polícia de Itabuna resolveu então tomar novas providências, as quais abarcaram não só o perímetro central.

¹⁰ Nomeio esses segmentos de hegemônicos, pois possuíam autorização e autoridade para intervir na cidade e construir discursos sobre ela.

¹¹ Para mais informações sobre os ideais e experiências burgueses, ver: GAY, 1988-1990, vol. 1-4.

As resoluções foram publicadas como conteúdo de um ofício redigido pelo delegado Almerindo Vergne, dirigido aos subdelegados dos distritos e bairros de Itabuna. Ao todo, sete distritos oficiais, a sede, o distrito de Ferradas, Macuco (atual Buerarema), Itaúna (atual Itapé), Jussari, Palestina (atual Ibicaraí) e Itapuí (atual Itororó). O primeiro ponto das determinações foi “fichar todas as meretrizes residentes nesse Distrito, afastando-as também do centro, onde residem famílias”. O terceiro ponto era conclusivo: “não permitir cabarés a fim de não perturbar o silêncio público e evitar desordens ou conflitos”. Por fim, o sexto e último ponto ordenou “registrar os hotéis, pensões e casas de cômodos, para isto fornecendo a respectiva ficha de entrada e saída de hóspedes” (*O Intransigente*, Itabuna, ano XVI, n. 50, 14 ago. 1943, p. 4).

Na documentação levantada nada foi encontrado acerca desse cadastramento das trabalhadoras do sexo. O que pode sugerir, entre outras coisas, que essa resolução não chegou a ser executada pelos subdelegados – essa é a distância nunca calculável entre os discursos e as práticas. Quanto à ordem de “afastar” as “meretrizes” do centro, ela reiterou as medidas publicadas em 10 de julho do mesmo ano, 1943. O que nos leva a crer que o jornal *O Intransigente*, naquela oportunidade, estava certo ao afirmar que metade ou pouco mais das casas de mulheres tinham sido fechadas. Afinal, para quê reafirmar a ordem de expulsão das trabalhadoras do sexo se não houvesse outras a descumprir as determinações anteriores?

No tocante à proibição do funcionamento de “cabarés” para evitar os tumultos e confusões, indica que as casas de mulheres passaram, então, a ser significadas nos discursos oficiais como espaços onde os conflitos emergiam, locais propícios a transgressões. Por fim, a necessidade de ir além, fiscalizando outros estabelecimentos como “hotéis, pensões e casas de cômodos”. Possivelmente tratou-se de uma medida complementar, que colocou em suspeição outros lugares como “cabarés” camuflados. Não é sem razão que os anúncios de importantes hotéis e pensões da cidade traziam sempre a informação “rigorosamente familiar”, como o Itabuna Hotel de Ilberto Bastos, ou “exclusivamente familiar”, como a Pensão Internacional de Lafaiete Alves de Sá¹². Não parecia fácil fazer uma distinção a respeito de quais locais de pernoite não eram utilizados por trabalhadoras do sexo.

Nessa localidade central, mesclada por casas de mulheres e residências outras, um edifício erguido ao lado do n. 177 foi alugado por alto valor a uma senhora (*Voz de Itabuna*, Itabuna, ano, II, n. 105, 8 jun. 1951: 1). Os vizinhos do prédio, conforme o periódico que publicou suas suspeitas, teriam fortes razões para crer que aquele lugar abrigaria um

¹² Ver *Voz de Itabuna*, Itabuna, ano VI, n. 361, 10 jun. 1955, p. 2. e *O Intransigente*, Itabuna, ano XXII, n. 7 set. 1949, p. 3.

“prostíbulo elegante”. A locatária esquivou-se das inquirições garantindo que no andar térreo montaria um restaurante e alugaria os vários cômodos do primeiro andar para rapazes de boa procedência. Apesar disso, aquela vizinhança era de “gatos escaldados”... Temiam água fria. Antes mesmo de serem confirmadas suas suposições ou de recorrerem ao jornal, já haviam buscado informar o secretário responsável pelos imóveis na prefeitura, que lhes assegurou que o caso era de competência única do delegado (*Voz de Itabuna*, Itabuna, ano, II, n. 105, 8 jun. 1951: 1).

A imprensa itabunense reservou para o 33º aniversário de emancipação política da cidade, comemorado até a década de 1940 na data de 21 de agosto, seu principal trunfo. Uma matéria ocupou página inteira no especial de aniversário da cidade do jornal *A Época*, cuja manchete pretendia não deixar margem a dúvidas. Em letras garrafais anunciou “Homenagem de apreço e reconhecimento – a campanha moralizadora iniciada pelo sr. Leopoldo Freire chega a seu vitorioso termo final. Um aspecto deponente da urbs que já não se verifica no dia do aniversário de Itabuna” (*A Época*, Itabuna, ano XV, n. 1.272, 21 ago. 1943: 1). Referia-se ao fiscal de rendas, que nas horas vagas tratava de fiscalizar o comércio do sexo no centro. Leopoldo Freire, como um representante das municipalidades, considerava inconciliável a permanência das trabalhadoras do sexo nas principais ruas da cidade, sobretudo naquela onde morava.

2 – O fiscal de rendas e os alcances da “campanha moralizadora”

O caráter especial da publicação da matéria, uma data comemorativa, onde as benesses promovidas pelos segmentos hegemônicos deviam ilustrar uma cidade no rumo certo do progresso, deve ser levado em conta. Era ocasião oportuna para a construção discursiva da expulsão das trabalhadoras do sexo do centro. No discurso do jornal *A Época*, os “prostíbulos” localizados no “coração da cidade” travestiam-se nas piores metáforas, eram a “doença moral da sociedade”, o “cano de esgoto” não saneado, “vírus multissecular”. Habitando e trabalhando nesses locais, as “infelizes” que transmutavam o ato destinado à procriação em “sórdido fator de lucro, através vergonhosa profissão” (*A Época*, Itabuna, ano XV, n. 1.272, 21 ago. 1943: 1). Seguindo o mesmo padrão de estereotipagem de discursos recorrentes, o periódico colocou as trabalhadoras do sexo como as frutas podres do balaio.

Todavia, o periódico mal conseguiu dissimular o equívoco da própria manchete ao afirmar que a intenção das autoridades era “reduzir ao mínimo as consequências lamentáveis

da prostituição”. Essa assertiva não se assemelhou ao “vitorioso termo final” da “campanha moralizadora”. Além da medida reivindicada de afastamento das trabalhadoras do sexo do centro da cidade, o periódico acrescentou uma alternativa preventiva: “reconduzir as transviadas a uma profissão mais condizente com a dignidade da mulher”. Não parece ter sido esse o projeto das “autoridades” de Itabuna em momento algum, afinal, o problema não se configurava por algumas mulheres dedicarem-se ao trabalho sexual.

Nesse sentido, entendo que as municipalidades e a polícia preocupavam-se com a visibilidade das trabalhadoras do sexo e as tensões produzidas no comércio de suas sexualidades. Assim sendo, dirigiam suas iniciativas principalmente contra as casas de mulheres que “se localizavam em duas ruas das mais centrais e importantes da cidade, onde residem famílias, e constituíam passagem obrigatória de transeuntes que demandavam a outros pontos” (*A Época*, Itabuna, ano XV, n. 1.272, 21 ago. 1943: 1). Porque o exercício da sexualidade não consentida, desviada do objetivo cristão da procriação e movida essencialmente pelo desejo não devia expor-se às escancaradas. Talvez por essa razão os periódicos não concedessem o poder da fala a essas mulheres. Os discursos dos jornais, como o que vem a seguir, falaram sempre *sobre* elas, em nenhuma única edição do período analisado falaram *a partir* delas:

Cenas deponentes eram presenciadas a horas da noite, e de dia, tendo por protagonistas as rameiras e indivíduos despudorados. Olhos de crianças e mocinhas, à saída do cinema, quando demandavam às residências, eram maculados pela bruteza de espetáculos atentatórios à moral. A carência de habitações no centro urbano porém obrigava as famílias, muitas vezes sem outra alternativa, a residirem em tais ruas que as decaídas queriam para seus exclusivos domínios (*A Época*, Itabuna, ano XV, n. 1.272, 21 ago. 1943: 1).

Pessoas externas ao comércio do sexo acabaram presenciando alguns de seus acontecimentos. O discurso da matéria bradou que eram absurdos como esses que não deviam acontecer, e que graças à ação efetiva do delegado de polícia, atendendo aos pedidos do funcionário público Leopoldo Freire – quem recebeu os maiores méritos –, cessaram de ser verificados. Leopoldo Freire possuía comércio e residia na rua Coronel Domingos Lopes, portanto, era um dos vizinhos das casas de mulheres lotadas naquela rua. A justificativa dada pelo periódico para famílias como a do fiscal de rendas estadual viverem em vizinhança de casas de mulheres era a deficiência de moradias no centro. O trecho final do discurso citado acima alegou que, além de ocuparem territórios que deveriam ser destinados a outros fins, as

trabalhadoras do sexo ainda queriam ser donas da rua. Talvez porque não se negassem o direito de usufruir daquela espacialidade tanto quanto seus vizinhos “de família”.

De acordo com o discurso do *A Época*, Leopoldo Freire buscou ajuda do secretário de Segurança Pública da Bahia quando este esteve de passagem pela zona cacauceira (Itabuna-Ilhéus), apresentando-lhe o “ambiente que estava se criando pela má localização do meretrício nesta cidade”. O major Hoche Pulcherio, então, solicitou que Freire resumisse suas percepções e lhe encaminhasse um memorial, para que fossem norteadas as providências (*A Época*, Itabuna, ano XV, n. 1.272, 21 ago. 1943: 1). O coletor estadual José de Almeida Alcântara¹³ auxiliou o colega a discorrer sobre a questão em apreço e o resultado foi um extenso documento, reproduzido na íntegra pela matéria comemorativa do jornal *A Época*. Vale a pena (re)citar o discurso do memorial reproduzido no periódico, quando afirmou que o problema itabunense era merecedor:

[...] de uma ação enérgica, drástica mesmo, reparadora, a qual os homens dignos, os que têm trabalhado pela grandeza e pelo progresso de Itabuna, querem dever a V^a Excia., brilhante oficial do nosso exército que vem dirigindo com brilho inexcusável os destinos da segurança e ordem públicas, o seu sossego, sua paz e a sua tranquilidade, procurando deslocalizar “as infelizes” as segregadas da sorte, das ruas principais denominadas “Domingos Lopes” e “Ruy Barbosa” que correm paralelamente, tendo como ponto inicial o coração da Cidade.

É obra de vulto vos posso assegurar senhor, esta, porque tendes de resolver com a inteligência e o senso que vos são peculiares, o meio de localizá-las, dada a insuficiência de habitação apropriada para essas infelizes.

Mas, no entanto urge uma providência porque elas vão se emaranhando entre as casas de famílias, inocentemente ou perversamente. Só sei que a corrupção moral, partindo do centro poderá atingir a promoção moral e social dos itabunenses do futuro, podendo tornar-se uma calamidade pública [...] (*A Época*, Itabuna, ano XV, n. 1.272, 21 ago. 1943: 1).

As ruas centrais, Domingos Lopes e Ruy Barbosa, conforme a matéria, habitadas por trabalhadoras do sexo, talvez tenham sido especialmente escolhidas para a abertura de casas de mulheres. Situavam-se no “coração da cidade”, espaço de trabalho da maioria ativa masculina da zona urbana, além de serem, anteriormente às reformas urbanísticas, ruas muito estreitas de passagem ativa de pedestres. Chama atenção o que se segue no memorial, quando Leopoldo Freire descreveu os constrangimentos dos transeuntes obrigados a transitar por essas duas artérias. Segundo afirmou, os homens como ele, que ali caminhavam

¹³ O coletor foi eleito prefeito de Itabuna em 1959.

acompanhados de suas esposas, passavam mal bocados porque as trabalhadoras do sexo corriam às janelas para enviar-lhes sorrisos, sinais ou fazerem chacotas. Tudo isso, é claro, comprometia esses homens de família, ora vejam! Para corroborar suas queixas, o fiscal de rendas ainda citou “cronologicamente” discursos sobre o comércio sexual produzidos pelos dois principais jornais do período: *A Época* e *O Intransigente*. Este último tinha como diretor um ex-delegado de polícia de Itabuna, o sr. Reinaldo Sepúlveda. Para Freire, esses discursos possuíam tamanha autoridade que dispensavam maiores explicações.

Após a transcrição do memorial enviado ao secretário de Segurança Pública da Bahia, o jornal apresentou uma extensa lista de 60 homens, “autoridades” que – declarou o jornal *A Época* – solidarizaram-se com os propósitos do sr. Leopoldo Freire. Ou – quem sabe? – simplesmente queriam aparecer no jornal e alcançar as simpatias das autoridades municipais e estaduais. Ao lado desses nomes foi veiculada também a profissão dos citados, que eram em geral funcionários públicos, profissionais liberais como médicos e advogados, proprietários de algum estabelecimento comercial e negociantes (*A Época*, Itabuna, ano XV, n. 1.272, 21 ago. 1943:). Em seguida, uma nova reprodução de correspondências; foram também transcritos os telegramas de agradecimento enviados por Leopoldo Freire e José Almeida Alcântara ao major Hoche Pulcherio. O despacho telegráfico do sr. Leopoldo Freire afirmou o seguinte:

Agradecendo confiança demonstrada vosso radio aproveito oportunidade comunicar-vos achar se inteiramente saneado meretrício centro cidade causando tal fato grande satisfação visto estar resolvido grande desejo família itabunense. Capitão Almerindo Vergne aplaudido pelos Drs. Juízes Direito, Promotores, Prefeito, imprensa e população sensata virtude sua ação serena, eficiente e enérgica. Apresento eminente Chefe meus sinceros agradecimentos em meu nome e no de Itabuna que possui vossencia em grande benfeitor. Respeitosos cumprimentos, Leopoldo Freire (*A Época*, Itabuna, ano XV, n. 1.272, 21 de ago. 1943: 1).

As casas de mulheres não eram alvo único das críticas de Freire que, aproveitando o ensejo das reclamações feitas ao secretário, acrescentou em sua lista os bares existentes na travessa Adolfo Leite e ruas Benjamin Constant e Coronel Domingos Lopes. Um dos proprietários de bar já havia até mesmo sido processado pela Justiça, mas foi inocentado por pagar condignamente os tributos para o exercício de seu negócio. O curioso é que o nome do comerciante Elias Griman, dono de um dos referidos bares, figurou naquela relação de “autoridades” solidárias a Leopoldo Freire. Porém, Griman era o proprietário do “Elite Bar”, processado por perturbação do sossego público e inocentado. O bar de Elias Griman era um

dos bares que, segundo consta no memorial de Freire, promovia o martírio enfrentado pelas famílias que residiam nas adjacências.

Segundo o discurso do jornal *A Época*, não faltaram obstáculos no caminho do fiscal de rendas, todos habilmente contornados, para a felicidade da “população decente e ordeira”. Para o jornal, Leopoldo Freire havia vencido o desregramento das trabalhadoras do sexo e seus esforços compensados pela alegria pessoal do “absoluto êxito” (*A Época*, Itabuna, ano XV, n. 1.272, 21 de ago. 1943: 1). Denotando uma verdadeira cruzada para a expulsão dessas trabalhadoras do centro da cidade, o jornal também parabenizou o delegado de polícia de Itabuna, capitão Almerindo Vergne. Após a formalização da denúncia de Leopoldo Freire feita ao secretário major Hoche Pulcherio, foi o delegado Vergne quem de fato lidou com o dito “problema do meretrício”.

Agradecer ao secretário de Segurança Pública do Estado, a meu ver, ia muito mais no sentido de ter ele dado crédito e atenção às reclamações de Freire e tomado iniciativas para tentar resolver o problema, do que ter sido “o problema” completamente resolvido. A matéria comemorativa é uma tentativa de construção discursiva da expulsão das trabalhadoras do sexo das principais ruas do centro da cidade. A saída desse território por aquelas mulheres não se verificou fora do discurso excepcional de celebração. Como aquele discurso foi recepcionado, se acalmou ou não os ânimos na cidade, não sabemos. Posso afirmar que o propalado “problema do meretrício” não foi sanado, pois estava ele a se mostrar a todos que se propusessem a ver.

Entretanto, autoridades da cidade confirmavam e assinavam embaixo do discurso oficial. Nos relatórios de movimento forense anuais de 1940 e 1941, o juiz José de Souza Dantas culpabilizara as trabalhadoras do sexo pela numerosa ocorrência de crimes na cidade. No relatório do ano de 1943, ano da “campanha moralizadora”, o discurso oficial da justiça itabunense na pessoa de seu maior representante se alterou. Para ele, “com a eficiência da autoridade policial militar em exercício, o número de crimes vai decrescendo, porquanto o seu desenvolvimento anterior era, sem dúvida, devido ao grande número de cabarés” (Relatório de Provimento da Correção 1941 – Itabuna. Notação 3482-324). De acordo com o juiz, o meretrício não deixara de ser responsável pela quantidade de crimes, mas as ações contra o comércio sexual no centro fizeram os delitos diminuírem.

Nessa esteira, algumas trabalhadoras do sexo mudaram-se para casas mais afastadas nas mesmas ruas em que residiam anteriormente, ou para transversais menos movimentadas. É possível que essas mulheres acreditassem que a distância tomada era suficiente para

trabalharem sem transtornos. Mas, permanecendo no centro, como não podiam ser vistas? As notícias sobre o comércio sexual no centro da cidade não pararam de se multiplicar. Pouco menos de três meses depois da grande matéria sobre a evacuação das trabalhadoras do sexo do centro, o jornal *O Intransigente* denunciou uma região que ficou conhecida como “Buraco da Gia”. A avenida Matos, localizada entre as ruas Ruy Barbosa e Amancio Oliveira, representou um tipo de construção comum até os dias de hoje no sul da Bahia: habitação semicoletiva composta de casinhas de um ou dois cômodos com parede dividida, ligadas por um grande corredor.

O Intransigente parecia adivinhar as manobras das trabalhadoras do sexo para assegurarem espaços de vivência: chamou o “Buraco da Gia” de “ponto estratégico” de atuação daquelas mulheres. Ocorre que a avenida Matos não foi completamente ocupada por aquelas trabalhadoras, pois em outros cômodos moravam famílias pobres:

[...] adeptos da vida noturna, até granfinos, instalaram-se no centro da avenida, sob a proteção de pobre senhora, que faz uns mingauzinhos e certas comidas para os mesmos. Aí foi se formando o foco, o barulho, sob os “psius” e o “silêncio” da dona da casa.

Cognominaram, então, esse lugar de “Buraco da Gia”...

Que vamos fazer contra o “Buraco da Gia”? Nada. Eles e elas precisam viver. Foram jogados para ali e incomodarão outros vizinhos, se dali forem tirados.

Resta-nos apenas apelar: Pessoal do “Buraco da Gia”, por favor, façam menos barulho!... (*O Intransigente*, Itabuna, ano XVII, n. 11, 13 nov. 1943: 4).

Conforme o discurso do periódico, o novo refúgio do comércio do prazer era bem frequentado e mais discreto. Uma senhora vendia quitutes enquanto agenciava encontros. Não era um escancarado “bordel”, tampouco um bar. Diante de todos os malogros da polícia ao tentar suprimir atividades sexuais não canônicas, o periódico constatava que oferta e procura não iriam deixar de existir. “Eles e elas precisam viver”, para lá se deslocaram por falta de opções e, se de lá saíssem, se tornariam empecilhos na vida de outras vizinhanças. Já que aquelas atividades e o burburinho decorrente eram inevitáveis, segundo o jornal, este propôs então uma medida apaziguadora... moderar o volume!

Possivelmente as trabalhadoras do sexo continuaram a emitir “psius” na avenida Matos. Aquele território foi se consolidando como ponto de encontros e, em pouco tempo, os mingauzinhos não bastaram mais aos clientes. As reclamações passaram a ser veementes por intermédio dos periódicos: “Que haja aglomeração de ‘fans’ em torno das borboletas do Buraco da Gia, visitas ao local, [...] está direito. São fatos da vida. E o Capitão não se

‘zanga’... O que não está certo, porém, é que se escolha o local para farras e bebedeiras” (*O Intransigente*, Itabuna, ano XVII, n. 39, 27 maio 1944: 1). Essa nota, em tons pastel e serenos, não construiu um discurso como os que geralmente se reportavam às trabalhadoras do sexo. Para o seu redator, as mulheres do Buraco da Gia eram “borboletas”, que belas e voadoras atraíam um considerável número de fãs. O problema apontado por esse discurso diz respeito à inclusão de bebidas alcoólicas naquele território, o que provocava exaltações nos que ali trabalhavam e nos frequentadores.

Aquele novo espaço foi alçado à visibilidade na vida noturna do centro da cidade. Segundo o periódico, o barulho que dali decorria incomodava a tranquilidade da vizinhança e as tensões voltaram a se encenar. O policiamento no centro – que o discurso do jornal denotou, estava um tanto mais maneiro com as dinâmicas da venda do prazer – deveria voltar com urgência à ativa. A imprensa local passou a dar mais atenção e publicidade não apenas às trabalhadoras do sexo, mas aos clientes que as procuravam. Na mesma matéria citada acima, os homens qualificados de “farristas” e “perturbadores da ordem noturna” eram apontados pelo jornal *O Intransigente* como membros de família, engravatados, “estudantes empregados públicos, comerciários, artistas, etc. etc.”. Não deixou de ressaltar que os fãs das mulheres do Buraco da Gia levavam para passear por lá seus ostensivos sapatos *camouflés*. O articulista da matéria assegurou que iria divulgar o nome daqueles homens de berço, pois assim consentia o delegado de polícia de Itabuna Almerindo Vergne (*O Intransigente*, Itabuna, ano XVII, n. 39, 27 maio 1944: 1).

Entretanto, após a “campanha moralizadora” de meados de 1943, o delegado Vergne viu que pouco a pouco os bares reabriram, e com eles também as casas de mulheres. As trabalhadoras do sexo, pode-se inferir, esperaram a “poeira assentar” e voltaram aos territórios costumeiros nas ruas centrais, para o desespero da vizinhança. O proprietário do Elite Bar, Sr. Elias Griman, que conhecemos logo atrás, reabriu seu estabelecimento e voltou a ter problemas com a Justiça. Para trabalhar como garçonetes no Elite Bar, foram contratadas menores de idade, sob as alegações do proprietário de que aquela era uma oportunidade para que moças pobres pudessem exercer uma profissão. Mesmo portando autorização dos progenitores das menores e licença da Justiça Trabalhista, Elias Griman foi processado pela Justiça de Menores de Itabuna (*O Intransigente*, Itabuna, ano XVIII, n. 9, 29 out. 1944: 1).

As ruas centrais da cidade voltaram a se constituir como ponto de reunião dos “notívagos”, concentrando bem próximos uns aos outros bares, cafés e casas de mulheres. Na rua Ruy Barbosa, um “cabaret” era alvo de clamores das famílias adjacentes. A nota de

reclamação, supostamente espaço do periódico destinado às queixas dos cidadãos itabunenses, não revelou o nome do “escandaloso cabaret”. Contudo, expôs os motivos de aborrecimento das famílias contíguas: “Lá pras tantas da madrugada, quando termina o Cabaret os senhores dançarinos, completamente embriagados, saem pronunciando nomes indecentes e indecorosos em tom alto”. A extrapolação dos limites do cabaré era considerada um abuso. Que bebessem, dançassem e praticassem o sexo ilícito, isso era relativamente tolerado, porém sair à rua de madrugada para conversar a plenos pulmões, não! O novo delegado de Itabuna, o advogado Lafaiete de Borborema, foi convocado por meio da reivindicação a dar termo àqueles excessos (*O Intransigente*, Itabuna, ano XIX, n. 11, 24 out. 1945: 1).

Contudo, não é bem uma intenção de “desmistificar” esses discursos o que moveu esta análise, mas a própria visibilidade que esses discursos deram às trabalhadoras do sexo. Como afirmou a jornalista Beatriz Marocco (2004: 15), “a regularidade insistente e a relevância com que esses indivíduos foram resgatados da desordem em que viviam e organizados nas páginas dos diários daquele tempo”. A imprensa, ao descrever o cotidiano, o constrói selecionando notícias e imagens que lhe conferem um caráter verossímil. Não se trata de buscar qual é o discurso verdadeiro supostamente escondido sob uma capa falsa, mas perceber nesses regimes de verdade as relações de forças que os produzem e fazem funcionar.

Segundo Michel Foucault (1979: 12), “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”. Apesar disto, Foucault deixou claro que o que entende por verdade é todo um conjunto de regras que separa o falso do verdadeiro e impõe ao verdadeiro “efeitos específicos de poder” (1979: 13). Os regimes de verdades de cada sociedade fundam formas de agir e pensar sobre homens e mulheres que os inserem em categorias diversas, clínicas, jurídicas ou de classe, reduzindo seu potencial criativo e sua liberdade de expressão. Com a “campanha moralizadora” do centro da cidade de Itabuna em 1943, nem todas as trabalhadoras do sexo permaneceram naquelas ruas, algumas mulheres deslocaram-se para territórios supostamente mais tranquilos e menos visíveis. Elas deixaram o centro no tempo em que foi conveniente fazê-lo, não necessariamente no tempo dos urbanistas ou no tempo da polícia. De todo modo, continuaram presentes com força no cotidiano dessa urbe.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BORGES, Jorge Luis. **O livro de areia** (1975). Tradução Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações 2002** – Código 5198-05. . <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorCodigo.jsf> Acesso em: 05/03/2010.
- CARVALHO, Philipe Murillo S. **Uma cidade em disputa: tensões e conflitos urbanos em Itabuna (1930-1948)**. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, 2009.
- CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Mangue: raça, nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 43-63, jul. 2000.
- CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). **Passados recompostos**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREITAS, Renan Springer de. **Bordel, bordéis: negociando identidades**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GAY, Peter. **A experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud**. v. 2. A paixão Terna. São Paulo: Companhia das Letras, 1988-1990.
- LAGENEST, J. P. Barruel. **Mulheres em leilão, um estudo da prostituição no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- MACHADO, Roberto. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico Porto Alegre, século XIX**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp, 2003.
- NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande: EdUFCG, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- PARENTE. Temis Gomes. Sentimentos e ressentimentos de Eva, uma mulher de vida livre. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes et alii. **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006. pp. 295-310.
- PIRANDELLO, Luigi. **Um, nenhum e cem mil**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L. (Org.). **O corpo educado** – Pedagogias das sexualidades. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.